

Actualidades | 51



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS PROMOVE DEBATE SOBRE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO FINANCEIRA

O Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério das Finanças e da Administração Pública realizou em 2 de Julho último um *Workshop* sobre o tema “Financial Supervision and Regulation: Lessons from the crisis and challenges ahead”.

Este *workshop* teve por objectivo debater as lições a retirar da crise financeira, nomeadamente no que respeita à vertente da regulação e supervisão financeira em Portugal e na Europa.

O Presidente do Instituto de Seguros de Portugal, Fernando Nogueira, foi um dos oradores convidados, tendo identificado como grande desafio para os próximos anos a implementação de forma coerente, consistente e harmoniosa de um modelo de supervisão baseado numa visão integrada e agregada dos riscos.

Fernando Nogueira referiu que “à semelhança dos requisitos impostos aos operadores, também o processo de supervisão deve ser orientado para o risco, o qual deve ser visto de uma perspectiva mais abrangente e agregada, compreendendo não só os riscos financeiros, mas também os riscos relacionados com deficiências de governação, de divulgação de informação e de conduta de mercado. Uma abordagem baseada no risco deve assegurar que a supervisão tem uma visão global do perfil de risco dos operadores, fornecendo um incentivo às empresas para melhor gerirem a interacção entre os seus riscos e optimizando os recursos disponíveis de forma a garantir um elevado nível de protecção dos consumidores”.

O Presidente do ISP considerou que a crise financeira, veio demonstrar que não existem regimes de regulação e de supervisão perfeitos e que a protecção dos consumidores de serviços financeiros deve começar na boa governação de cada um dos operadores, sendo complementada com um quadro regulatório que estabeleça um conjunto de princípios e regras de solidez financeira e de conduta de mercado. Estes devem ser objecto de uma supervisão eficaz e actuante, baseada numa visão abrangente e agregada dos riscos.

“Só com uma conjugação equilibrada destas três componentes se pode contribuir para a manutenção de um mercado financeiro justo, seguro e estável e ao mesmo tempo inovador e competitivo, para benefício último dos consumidores”, concluiu o Presidente do ISP.



APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO RELATÓRIO DO SECTOR SEGURADOR E FUNDOS DE PENSÕES

Em 30 de Setembro do corrente ano, realizou-se no edifício sede do ISP uma sessão para apresentação aos órgãos de comunicação social do Relatório do Sector Segurador e Fundos de Pensões de 2008.

Este Relatório, publicado anualmente, enquadra-se na política de transparência e prestação de informação desde há muito implementada por esta Autoridade de Supervisão e disponibiliza um conjunto de informação que permite acompanhar a evolução da situação económica, financeira e patrimonial do mercado como um todo, devidamente enquadrada no contexto económico-financeiro nacional e internacional.

Na sua intervenção, o Presidente do ISP, Fernando Nogueira, referiu que o ano 2008 ficou marcado pela crise financeira internacional e que embora o sector apresentasse, de um modo geral, uma reduzida exposição aos factores que originaram a crise, com a generalização e agravamento da mesma, os efeitos negativos aprofundaram-se, nomeadamente ao nível da desvalorização das carteiras de investimentos.

De acordo com o Presidente do ISP, “apesar disso, considerando o sector globalmente, verifica-se que o mesmo apresentou um elevado nível de resiliência à crise financeira, evidenciando uma forte capacidade para absorver choques de grande magnitude. Deste modo, todas as empresas de seguros e fundos de pensões continuaram a assumir integralmente as suas responsabilidades e compromissos perante os tomadores de seguro, beneficiários e terceiros lesados”.

Ainda sobre o sector segurador, Fernando Nogueira salientou que o acompanhamento efectuado pelo Instituto de Seguros de Portugal permitiu identificar atempadamente as situações em que se tornava necessário o reforço dos capitais próprios, o que contribuiu para que o mercado apresentasse um nível global de solvência bastante confortável.



EXPOSIÇÃO DE MEDALHAS E CARTAZES PUBLICITÁRIOS DA ACTIVIDADE SEGURADORA

Inaugurou-se, em 21 de Setembro último, na galeria do edifício sede do ISP, uma exposição de Medalhas e Cartazes Publicitários da Actividade Seguradora. Esta exposição, para além de dar a conhecer um acervo artístico relacionado

com a actividade seguradora, procurou também assinalar a abertura dos trabalhos da 6ª Assembleia Geral da ASEL – Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos.



Estiveram presentes na cerimónia de abertura os delegados dos países e território de língua oficial portuguesa que integram a ASEL, vários responsáveis de empresas de seguros e sociedades gestoras de fundos de pensões a operar no mercado nacional, representantes de associações sectoriais e quadros dirigentes do Instituto de Seguros de Portugal.

Relativamente à exposição então inaugurada, é de salientar que esta inclui um conjunto de cartazes publicitários do início do século vinte, bem como várias medalhas, também alusivas ao sector segurador, que o Instituto de Seguros de Portugal conseguiu adquirir e preservar ao longo dos últimos anos.

A exposição mantém-se aberta ao público na galeria do edifício sede do ISP entre as 9h00 e as 16h00.



XIII CONFERÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE SUPERVISORES DE SEGUROS LUSÓFONOS

As respostas e lições a retirar da crise financeira internacional, os princípios de conduta de mercado, o microsseguro e os desenvolvimentos no âmbito do projecto Solvência II foram os temas abordados pelos diversos oradores que participaram na XIII Conferência da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL), que se realizou no passado dia 22 de Setembro, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

Integrada nos trabalhos da 6ª Assembleia Geral da ASEL, a XIII Conferência contou com intervenções de representantes de diversas organizações nacionais e internacionais, como é o caso da International Association of Insurance Supervisors (IAIS), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), da Autoridade Monetária e Cambial de Macau, do Instituto de Supervisão de Seguros de Angola, da Fundação Nacional de Seguros (Brasil) e do Instituto de Seguros de Portugal.

A sessão de abertura foi presidida pelo Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, Emanuel Augusto Santos, que, na sua intervenção, destacou o papel crucial que o sector segurador e fundos de pensões desempenha na economia, quer na captação de poupança a médio e longo prazos, quer na mutualização e gestão de riscos enfrentados diariamente pelos consumidores e pelas empresas, contribuindo para a estabilidade financeira e assumindo uma função relevante na estrutura das sociedades modernas.

Aquele governante referiu-se ainda à taxa de cobertura da margem de solvência que, em Junho de 2009, se situou nos 172%, cerca de 14 pontos percentuais acima do nível registado em Dezembro de 2008. De acordo com o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, “este facto é particularmente relevante na medida em que uma das pedras basilares da confiança no sector segurador é a manutenção de níveis de solvência que garantam que as empresas de seguros possuem recursos financeiros suficientes para cumprir os compromissos assumidos com os tomadores de seguros”.



Ainda durante a sessão de abertura, o Presidente do Instituto de Seguros de Portugal, Fernando Nogueira, destacou dois temas que considerou especialmente pertinentes no contexto presente: as matérias relacionadas com o novo regime europeu de solvência, o Solvência II, e a conduta de mercado.

“Aparentemente em pólos opostos da regulação e supervisão das empresas de seguros, ficará certamente demonstrado que, no passado e sobretudo no futuro regime, as componentes prudencial e comportamental estão indissolúvelmente ligadas”, salientou Fernando Nogueira.

Segundo o Presidente do ISP, “um dos desafios essenciais que se vislumbram no momento actual é o de garantir um equilíbrio estável e coerente entre, por um lado, o objectivo de solvabilidade dos operadores e, por outro, a preocupação em assegurar níveis adequados de transparência e a adopção de padrões de conduta por parte daqueles”.

PROGRAMA

- 09h30** **SESSÃO DE ABERTURA**
Emanuel Augusto Santos - Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento
- 10h00** **PRINCÍPIOS DE CONDUTA DE MERCADO**
Takao Miyamoto - Administrador Principal da Associação Internacional de Supervisores de Seguros (IAIS)
- 10h30** **RESPOSTAS À CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA NO ÂMBITO DOS SISTEMAS PRIVADOS DE PENSÕES**
Clara Severinson - Actuária no grupo de trabalho Pensões Privadas da OCDE
- 11h00 Pausa para café
- 11h15** **MESA REDONDA**
LIÇÕES DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL
- Moderador
António Félix Pontes - Administrador da Autoridade Monetária de Macau
- Oradores
António Egídio Reis - Director Geral de Supervisão do ISP
Takao Miyamoto - Administrador Principal da IAIS
Clara Severinson - Actuária no grupo de trabalho Pensões Privadas da OCDE
- 13h00 Almoço
- 15h00** **A IMPORTÂNCIA DOS FUNDOS DE PENSÕES NO CONTEXTO DA CRISE DA SEGURANÇA SOCIAL ESTATAL**
Jesus Teixeira - Chefe do Departamento Fundos Autónomos do Instituto de Supervisão de Seguros (Angola)
- 15h30** **MICROSSEGURO**
José Valente da Motta – Consultor de Seguros e Microseguros da Fundação Escola Nacional de Seguros, Brasil
- 16h00 Pausa para café
- 16h15** **SOLVÊNCIA II**
Hugo Borjinho - Adjunto do Director do Departamento de Análise de Riscos e Solvência do ISP
- 16h45** **SESSÃO DE ENCERRAMENTO**
Fernando Nogueira - Presidente do Instituto de Seguros de Portugal

SUPERVISORES DE SEGUROS LUSÓFONOS REÚNEM EM LISBOA

Entre os dias 21 e 24 de Setembro do corrente ano, realizou-se em Lisboa, no edifício sede do Instituto de Seguros de Portugal, a 6ª. Assembleia Geral da ASEL - Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos, reunindo representantes dos organismos de Supervisão de Seguros de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor.

A actividade de cooperação desenvolvida no âmbito da Associação dos Supervisores de Seguros Lusófonos tem sido da maior relevância, nomeadamente na promoção dos mercados de seguros e fundos de pensões locais e no desenvolvimento das práticas de regulação, assim como na prestação de apoio e assistência técnica à constituição de organismos de coordenação da actividade seguradora, ou à sua reestruturação e no desenvolvimento de inúmeras acções de formação profissional a quadros das entidades supervisoras dos países membros.

O Instituto de Seguros de Portugal foi, este ano, a entidade organizadora da Assembleia Geral e da Conferência Internacional de Seguros, um fórum de debate público que se integra no programa da reunião anual da ASEL.

São membros fundadores da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL) o Instituto de Supervisão de Seguros de Angola, a Superintendência de Seguros Privados do Brasil, o Banco de Cabo Verde, a Autoridade Monetária de Macau, a Inspeção Geral de Seguros de Moçambique, o Instituto de Seguros de Portugal, o Banco Central de S. Tomé e Príncipe e a Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste.



GABRIEL BERNARDINO ELEITO PRESIDENTE DO CEIOPS



58 | 59

ACTUALIDADES

Em reunião realizada no dia 29 de Outubro de 2009, em Berlim, os membros do Comité Europeu das Autoridades de Supervisão de Seguros e Pensões Complementares de Reforma (CEIOPS) elegeram como novo Presidente Gabriel Bernardino, quadro directivo do Instituto de Seguros de Portugal.

Com formação superior na área das matemáticas aplicadas e mestre em estatística e optimização pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Gabriel Bernardino, após uma longa carreira na regulação e supervisão do sector segurador e de fundos de pensões, onde assumiu diversas posições de coordenação e direcção, é actualmente Director Geral da Direcção de Desenvolvimento e Relações Institucionais do Instituto de Seguros de Portugal.

Desde 2006 que Gabriel Bernardino vinha a assumir a presidência do grupo de peritos do CEIOPS sobre *"Internal Governance, Supervisory Review and Reporting"* que lida com as matérias relativas aos Pilares 2 e 3 do novo regime de solvência para a actividade seguradora, conhecido por Solvência II. Durante a presidência portuguesa da União Europeia, no segundo semestre de 2007, presidiu ao grupo de trabalho do Conselho Europeu encarregue da discussão da proposta de Directiva Solvência II.

O CEIOPS foi criado pela Decisão 2004/6/EC, de 5 de Novembro, da Comissão Europeia, sendo composto pelos representantes das autoridades de supervisão de empresas de seguros e de fundos de pensões dos países membros da União Europeia e da Área Económica Europeia.

No âmbito do novo Sistema Europeu de Autoridades de Supervisão Financeira proposto pela Comissão Europeia, actualmente objecto de apreciação por parte do Conselho e do Parlamento Europeu, prevê-se que o CEIOPS seja transformado na Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões de Reforma (EIOPA).

É expectável que o EIOPA trabalhe em rede com os supervisores nacionais, assumindo todas as funções do CEIOPS, e passando a dispor de novas competências, designadamente no que se refere ao desenvolvimento de normas técnicas vinculativas harmonizadas, à garantia da aplicação coerente da legislação da UE e à resolução de eventuais diferendos entre os supervisores nacionais.

ISP REALIZA SESSÃO DE TRABALHO SOBRE MODELOS INTERNOS COM EMPRESAS DE SEGUROS

Em reconhecimento da importância e da complexidade dos processos de desenvolvimento e aprovação de modelos internos, realizou-se no dia 23 de Outubro último, nas instalações do ISP, uma sessão de trabalho técnica sobre Modelos Internos com as empresas de seguros nacionais. Esta sessão de trabalho teve por objectivo a transmissão dos desenvolvimentos actuais quanto aos requisitos relevantes nesta matéria e divulgar alguns procedimentos relativos à aprovação de modelos internos no mercado português. Esta acção enquadra-se na política de estabelecimento de um adequado processo de comunicação entre as empresas de seguros e o ISP.

Um dos aspectos fundamentais do novo regime de solvência (Solvência II) é a possibilidade de utilização de modelos internos, totais ou parciais, para cálculo do requisito de capital de solvência (SCR) pelas empresas de seguros. No entanto, a utilização de tais modelos encontra-se sujeita a autorização prévia da autoridade de supervisão e a um conjunto exigente de testes e requisitos, tendentes a assegurar a elevada qualidade do modelo e dos mecanismos e procedimentos que lhe estão associados, bem como a sua efectiva utilização na gestão do negócio segurador.



VISITA DE UMA DELEGAÇÃO DA FEDERAÇÃO RUSSA AO INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

Integrada no âmbito do Projecto TACIS (*Technical Assistance Project to the Community of Independent States*), financiado pela Comissão Europeia, realizou-se, em 29 de Outubro do corrente ano, uma visita ao Instituto de Seguros de Portugal de uma delegação da Federação Russa.

Esta delegação foi constituída por 10 participantes, representantes da Administração do Presidente da Federação Russa, do Ministério das Finanças, do Serviço Federal de Supervisão de Seguros, da Associação de Seguradores da Rússia, da Associação Russa dos Seguradores Automóvel e da Guilda dos Actuários.

O projecto em que a visita se integrou visa o reforço do sector de seguros da Rússia, mediante o contacto com os princípios da Associação Internacional de Supervisores de Seguros (IAIS) e os constantes das Directivas comunitárias, numa perspectiva comparativa entre o regime aplicável aos seguradores da União Europeia e da Federação Russa.

Foram abordados, em especial, temas referentes ao enquadramento legal e regulamentar do sector segurador e da mediação de seguros e transmitida informação e dados estatísticos sobre o mercado segurador português.



DELEGAÇÃO DA AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS ROMENA VISITA ISP

Integrada no âmbito no Projecto PHARE (*Programme of Community aid to the countries of Central and Eastern Europe*), financiado pela Comissão Europeia, realizou-se, entre 9 e 12 do passado mês de Novembro, uma visita ao Instituto de Seguros de Portugal de uma delegação da Autoridade de Supervisão de Seguros Romena, constituída por 5 quadros dirigentes da autoridade.

O projecto em que a visita se integrou visa o reforço de capacidades da autoridade de supervisão do sector segurador romena, de forma a que seja garantida a integral implementação do modelo "Solvência II" e o cumprimento dos requisitos contabilísticos decorrentes dos *International Financial Reporting Standards (IFRS)/International Accounting Standards (IAS)*. Este projecto, procura ainda o incremento das competências daquela autoridade de supervisão em matéria de supervisão, mediante o contacto com as melhores práticas a nível da União Europeia.

Foram abordados, em especial, temas referentes ao enquadramento legal e regulamentar do sector segurador, aos IFRS/IAS, ao sistema "Solvência II" e a metodologias de supervisão "on site" e "off site" e trocada informação e dados estatísticos sobre o mercado segurador português e o mercado segurador romeno.



